

Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista

Cláudia Marques Roma

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
e-mail: marquesroma@yahoo.com.br

Raul Borges Guimarães

Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: raul@fct.unesp.br

Resumo

Nesse artigo debatemos a inter-relação campo-cidade através da identificação dos problemas urbanos das pequenas cidades da região da Nova Alta Paulista e suas conexões com a Questão Agrária, pois são gerados pelo modelo de produção adotado, com o predomínio da expansão da agroindústria canavieira. Dessa maneira, os problemas urbanos resultantes do aumento da desigualdade social e da pobreza é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade. Nestes termos, não há como pensar no desenvolvimento territorial daquela região sem considerar o processo denominado de pilhagem territorial, uma vez que acumulação do capital agroindustrial envolve o monopólio da renda da terra, a degradação do trabalho e apropriação dos recursos da natureza, reduzindo o desenvolvimento à poucos componentes econômicos.

Palavras-chave: Cidades pequenas; territorialização da agroindústria canavieira; desenvolvimento territorial.

Sugarcane agribusiness, territorial looting and development process in the region of Nova Alta Paulista

Abstract

In this article we discuss the rural-city relationship by identifying the urban problems of the small cities in the Nova Alta Paulista region and their connections with the Agrarian Question, since they are generated by the adopted production model, with the predominance of the expansion of the sugar cane agroindustry. In this way, the urban problems resulting from the increase of social inequality and poverty are also an agrarian problem, highlighting the conflict. In these terms, there is no way to think of the territorial development of that region without considering the process known as territorial looting, since accumulation of agroindustrial capital involves the monopoly of land income, the degradation of labor and the appropriation of natural resources, reducing development to few economic components.

Keywords: Small city; sugar cane agroindustry; territorial development.

Industria de la caña de azúcar, despojo territorial y proceso de desarrollo en la región de Nova Alta Paulista

Resumén

En este artículo discutimos la relación campo-ciudad mediante la identificación de los problemas urbanos de las ciudades pequeñas en la región de Nova Alta Paulista y sus conexio-

nes con la cuestión agraria, ya que son generados por el modelo de producción adoptada, con un predominio de la expansión de la agroindustria de caña de azúcar. De esta manera, los problemas urbanos resultantes del aumento de la desigualdad social y la pobreza es un problema agrícola, destacando así el conflicto. En consecuencia, no hay manera de pensar en el desarrollo territorial de la región sin tener en cuenta el proceso llamado saqueo territorial, ya que la acumulación del capital agroindustrial implica el monopolio de la renta del suelo, la degradación de la mano de obra y la destrucción de los recursos naturales, la reducción del desarrollo los pocos componentes económicos.

Palavras-clave: Pequenas cidades; la industria de caña de azúcar; el desarrollo territorial.

Introdução

Este artigo tem como base uma ampla investigação realizada a fim de compreender o impacto da expansão da agroindústria canavieira nos municípios da Região da Nova Alta Paulista. Debateremos a inter-relação entre a Questão Agrária e Urbana através da identificação de que os problemas urbanos e a estruturação do conteúdo urbano das pequenas cidades estão intrinsecamente relacionados à Questão Agrária, pois são gerados pelo modelo de produção adotado, ou seja, pode-se afirmar que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade.

Nessa linha de entendimento, destacamos que a Questão Agrária gera continuamente conflitualidade que alcança o campo e a cidade (FERNANDES, 2005). É por isto que o urbano, na perspectiva de complementaridade com o rural e o agrícola, se torna cada vez mais locus do campo, respondendo às suas lógicas, mas, também se estabelecendo como espaço de gestão. Esse processo nos remete ao debate acerca do desenvolvimento territorial.

Pensando sobre o desenvolvimento que ocorre na Nova Alta Paulista destacamos que este é considerado economicamente e politicamente somente pela territorialização da agroindústria canavieira, reduzindo o processo à poucos componentes econômicos. Mas a conflitualidade, entendida na perspectiva de Fernandes (2005), também se expressa na percepção dos camponeses e cidadãos sobre problemas gerados pela expansão da atividade agroindustrial canavieira, como por exemplo, redução na produção de alimentos e acesso aos equipamentos e serviços de saúde. Para essa discussão utilizamos das análises realizadas nas cidades de Arco-Íris, Flora Rica, Inúbia Paulista, Mariápolis, Pracinha e São João do Pau D'Alho, respectivamente com 1.925, 1.752, 3.630, 3.916, 2.863 e 2.103 habitantes (IBGE, Censo, 2010). Nessas localidades, bem como em outras 30 cidades existentes na região denominada Nova Alta Paulista realizamos trabalhos de campo com aplicação de 451 questionários junto à população, além de entrevistas e aplicação de 69 questionários no comércio e serviços existentes nas cidades para melhor compreendermos a realidade socioespacial, seus conflitos e suas contradições.

Essas cidades pequenas possuem contingente populacional reduzido e suas funções urbanas são incipientes. Conforme conceituação de Santos (1982) fica evidente que essas cidades detêm o nível funcional mais elementar na rede de cidades e, mesmo sendo capazes de responder às necessidades vitais mínimas de sua população, suas demandas, necessariamente, implicam em uma vida de relações no espaço regional. Assim, a interdependência com outros centros urbanos é a possibilidade de sua permanência. Neste contexto, as localidades analisadas são entendidas por nós enquanto cidades pequenas (locais – conforme conceituação de Santos (1982) e híbridas).

A conceituação de cidade local nos remete ao entendimento dos conteúdos que estruturam os processos socioespaciais das pequenas cidades que estão inseridas no limite inferior da complexidade urbana, denominadas por Santos (1982) de cidades locais. Essas localidades detêm o nível funcional mais elementar na rede de cidades e, mesmo sendo capazes de responder às necessidades vitais mínimas de sua população, suas demandas, necessariamente, implicam em uma vida de relações, ou seja, a interdependência com outros centros é o que possibilita sua permanência. As cidades locais, cada vez mais, se caracterizam pela relação e pela mistura entre as dinâmicas rurais e urbanas, da sociedade e da natureza, bem como políticas, econômicas e sociais, exigindo que seus conteúdos sejam pensados num híbrido de relações articuladas e complementares, no qual misturas e sínteses se produzem sobre territórios herdados. Mesmo os novos processos, como a territorialização do agronegócio globalizado, que modificam os espaços de maneira conflituosa e contraditória, mantêm estruturas passadas. Portanto passamos a entender seus conteúdos enquanto cidades locais híbridas (ROMA, 2012).

As dinâmicas e processos gerados pela territorialização da atividade agroindustrial canavieira impactam as cidades pequenas (locais híbridas). Portanto como recorte empírico e analítico analisaremos as questões relacionadas ao acesso à saúde e assim, compreender que a Questão Agrária e Urbana se inter-relacionam de maneira complementar e contraditória.

Agroindústria canavieira e pilhagem territorial

A expansão da lavoura da cana-de-açúcar está atrelada ao elevado número de usinas e destilarias de açúcar e álcool presentes na região da Nova Alta Paulista (Mapa 1), que (re)estrutura a dinâmica dos municípios, principalmente em uma região basicamente composta por pequenas propriedades. Além das agroindústrias canavieiras existentes no território da Nova Alta Paulista, encontram-se ainda usinas e/ou destilarias em Nova Independência, Castilho, Mirandópolis, Valparaíso, Bento de Abreu, Guararapes, Clementina e Presidente Prudente (distrito de Ameliópolis), que merecem destaque pela sua proximidade geográfi-

ca com a região analisada, pois a dinâmica da agroindústria canavieira extrapola os limites municipais/regionais.

As usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool da região contam com capital tanto de grandes grupos nacionais como também de grupos internacionais que baseiam seus nexos em escalas que extrapulam a Nova Alta Paulista. Nesse contexto, podemos dizer que nessa região vem se estruturando a chamada agricultura científica e globalizada, fragmentando o espaço rural e introduzindo racionalidade econômica no processo de apropriação do território, imprimindo externalidades que não o pertencem e impõe a supressão e a implosão das características que lhe são próprias e históricas.

Para Santos (2000) a agricultura científica resulta em um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária que em um contexto de globalização oferece novas formas de acumulação ampliada do capital. Esse modelo de produção agropecuária denominada agricultura científica reforça a presença do circuito superior da economia no campo e a articulação entre agropecuária e os demais circuitos espaciais de produção o que imprime racionalização no espaço agrário (ELIAS, 2005, 2006).

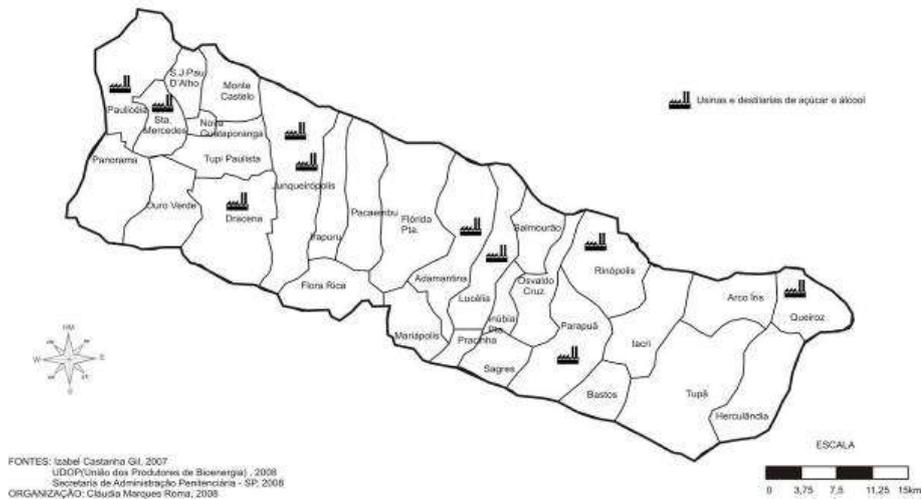
Essa condição estrutural da expansão do capital monopolista sucroalcooleiro e, portanto, da agricultura científica produz concentração de riqueza, expansão da pobreza e da miséria pode ser pensada através da “pilhagem territorial” nos mesmos termos propostos por Perpétua (2016), em seu estudo da cadeia de papel celulose. Segundo esse autor, a pilhagem territorial:

configura-se como movimento de territorialização do capital e conseqüente desmonte (desterreação) de territórios pré-existentes, sejam eles organizados sob a lógica capitalista (fazendas de pecuária, áreas de cultivo de alimentos ou outros cultivos agrícolas), sejam aqueles estruturados por relações de produção e reprodução não capitalistas (Perpétua, 2016, p. 36).

Afinal, a agroindústria canavieira na região da Nova Alta Paulista também sujeita a renda da terra, precariza o trabalho e degrada o ambiente, envolvendo três sentidos complementares, conforme Perpétua (2016, p.31 e 331): (1) pilhagem de territórios já constituídos; (2) pilhagem de recurso territoriais e (3) pilhagem cujo âmago está na necessidade de apropriação e controle de uma fração de espaço na forma de território”. Como resultado desse processo perverso, há a imposição de uma nova territorialidade estabelecida pela imposição de relações sociais hierarquizadas sob a hegemonia do capital em detrimento de outras formas de apropriação e uso do território.

Mapa 1 - Nova Alta Paulista Agroindústria canaveieira

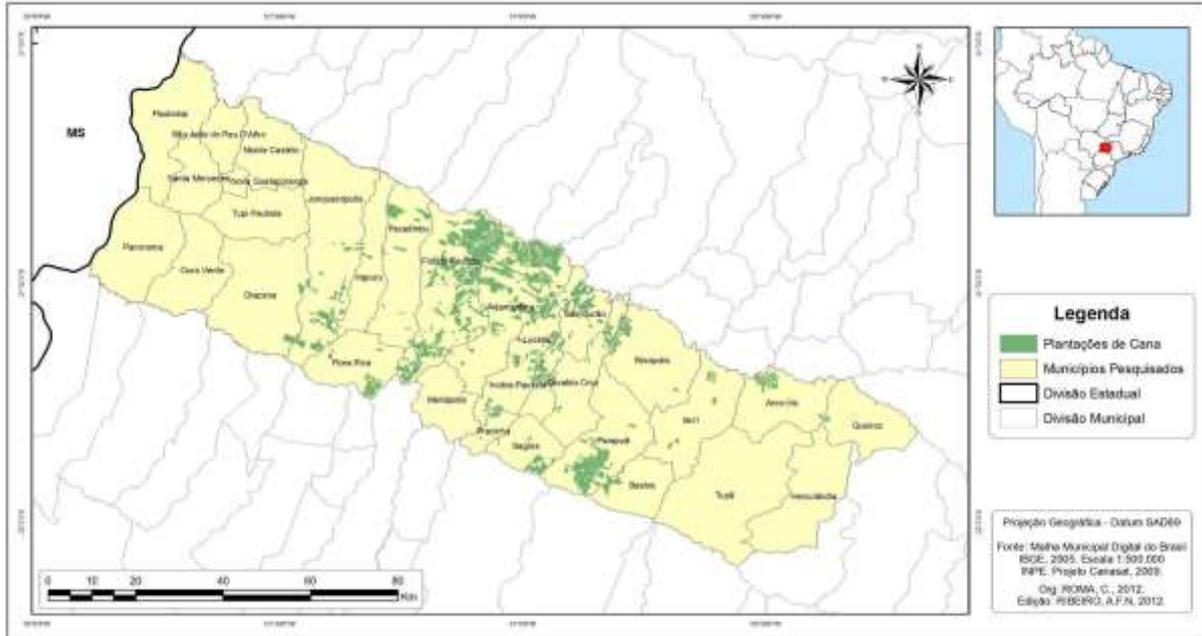
MAPA: NOVA ALTA PAULISTA - AGROINDÚSTRIA CANAVEIEIRA



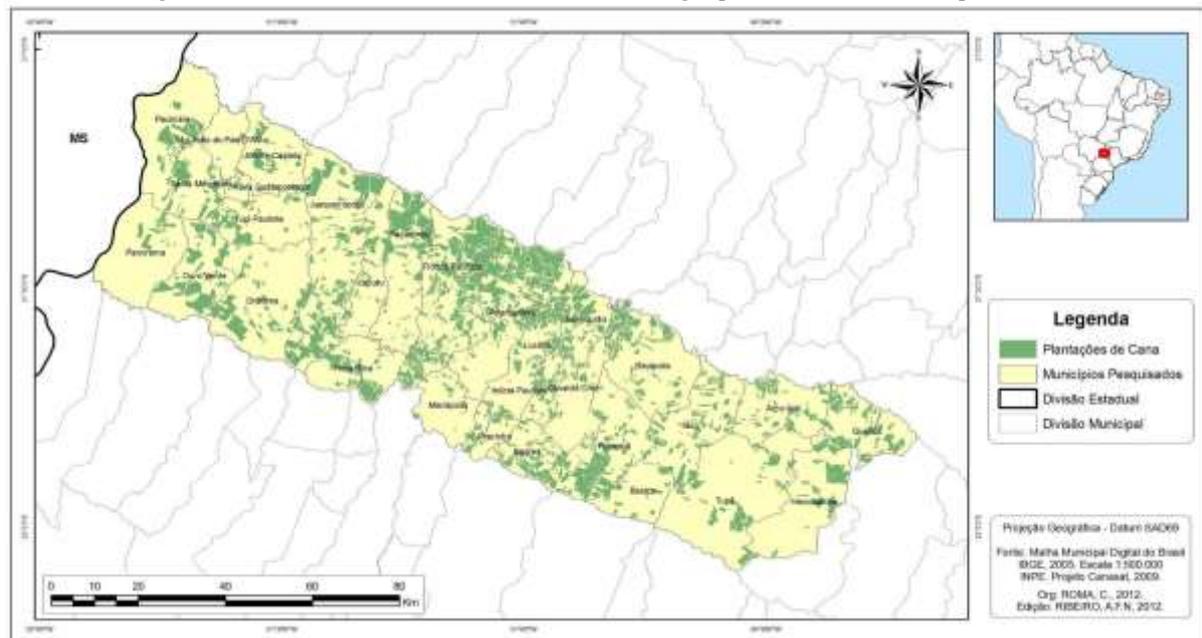
Acerca da dinâmica territorial da cana-de-açúcar na Nova Alta Paulista, destacamos dois momentos: 2002 e 2008. O ano de 2002 (Mapa 2) demarca o início desse processo e, 2008, (Mapa 3) uma etapa já bem consolidada da expansão. Para 2003/2004, a área plantada de cana-de-açúcar corresponde a 53.400ha, já em 2007/2008, que demarca um momento de consolidação da cultura, a área plantada passa para 126.273ha, perfazendo um aumento de 120,22%. Prosseguindo, na safra 2011/2012 temos 223.205ha, correspondendo um crescimento de 76,76% em relação à safra 2007/2008. A produção continuaria ascendente, contudo, de forma menos acelerada, com a safra 2012/2013 (238.673ha), revelando um aumento de 7% em relação à safra anterior e a safra 2013/2014, com 259.482ha de área plantada, ou 8,7% de aumento em relação à safra 2012/2013.

Isso demonstra que, mesmo após o boom apresentado pela cultura, seu crescimento continua substancial, ou seja, a cana-de-açúcar continua a se expandir na Nova Alta Paulista.

Mapa 2 – Nova Alta Paulista Área de ocupação de cana-de-açúcar 2002



Mapa 3 – Nova Alta Paulista Área de ocupação de cana-de-açúcar 2008



Assim, a territorialização da atividade agroindustrial canavieira rebate negativamente na produção camponesa e ameaça à soberania alimentar, como podemos observar na Nova Alta Paulista ao analisarmos o Quadro 1 referente ao agronegócio e a cidade. E, como grande parcela dos entrevistados atribuem somente a esse setor a possibilidade de geração de emprego e renda e a possibilidade de desenvolvimento seja do campo ou da cidade, ou seja, imprime-se no imaginário social o “mito da única possibilidade de geração de emprego”.

Quadro 1 - Nova Alta Paulista – 2010 e 2016 - A cidade e o agronegócio: emprego e renda

O que você acha da cana-de-açúcar para cidade?	
* Única fonte de renda da cidade e dos pobres	* Favorece muito o município, se não fosse isso estaria muito ruim, pois só temos emprego na prefeitura e um comércio fraco
* Melhorou a cidade, sendo a única opção de emprego	* Melhor qualidade de vida pela renda
* Crescimento da cidade, mais poder de compra	* Mudou para melhor, mas eu não gostaria de trabalhar na cana-de-açúcar
* Único serviço do município se não fosse à cana-de-açúcar não teria mais ninguém aqui	* A solução da nossa cidade
* Maioria das pessoas trabalham na cana-de-açúcar se acabar não teremos o que fazer	* Aumento populacional
* Aumento da renda	* Bom, atrai mais habitantes para a cidade
* Movimento no comércio	* Não dá emprego para as mulheres
* Se não fosse a cana-de-açúcar não teríamos mais nada, a cidade tinha acabado	* Salvação do povo
* Progresso	

Fonte: Trabalho de Campo, 2010 e 2016.

Boisier (1997), contrapondo esta concepção unívoca e monopolista de desenvolvimento, destaca que o processo de desenvolvimento territorial deva ser o de um projeto social inclusivo, humanista e “moderno” (no sentido amplo do termo), que recoloca e reconheça a diversidade como componente social, pois o desenvolvimento necessita da diversidade e intercâmbio de ideias e não de contextos homogêneos e acrescenta “no hay desarrollo em uma situación de conformismo”.

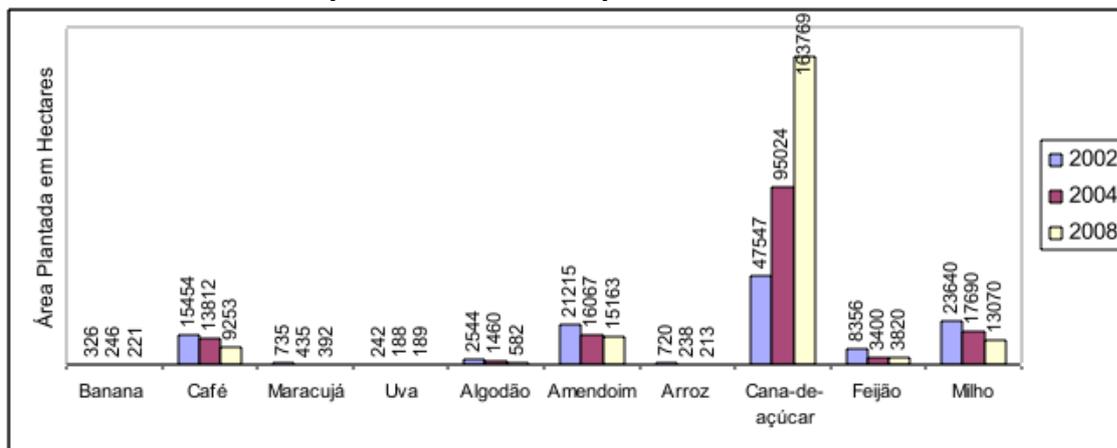
Corroborando com esta perspectiva, Fernandes (2005, p. 41) aponta que:

O conceito de desenvolvimento territorial que não contem a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um conceito-fashion.

No contexto político e econômico da Nova Alta Paulista, a atividade agroindustrial canavieira é vista como única responsável pelo processo de desenvolvimento reduzindo este processo a poucos componentes econômicos. Mas, mesmo num processo de conflitualidade não latente observa-se na perspectiva dos camponeses que, devido às reestruturações da agropecuária, foram desapropriados e/ou expropriados de suas terras, de seu modo de vida e vivem nas cidades pequenas (locais híbridas), empobrecidos, materialmente e simbolicamente, é de que a introdução da atividade agroindustrial canavieira acabou com a

lavoura “branca”, referindo-se a produção de alimentos como feijão e outros (gráfico 1, tabela 01), ou seja, com a produção stricto sensu, mas, para além, desta, com a sua reprodução.

Gráfico 1 - Nova Alta Paulista - Estrutura fundiária: Área plantada (hectares) com lavoura permanente ou temporária - 2002, 2006 e 2008



Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor.

Tabela 01 - Nova Alta Paulista - Estrutura fundiária: Produção das lavouras permanentes ou temporárias - 2002, 2006 e 2008 (Toneladas)

Produção/Ano	2002	2006	2008
Banana	4.503	5.730	4.260
Café	12.701	8.687	6.188
Maracujá	12.701	7.493	7.172
Uva	5.740	5.480	4.992
Algodão	4.110	2.503	1.260
Amendoim	36.627	33.404	39.669
Arroz	1.052	303	306
Cana-de-açúcar	3.635.557	8.363.015	13.517.469
Feijão	7.498	3.341	3.510
Milho	79.941	72.107	50.624

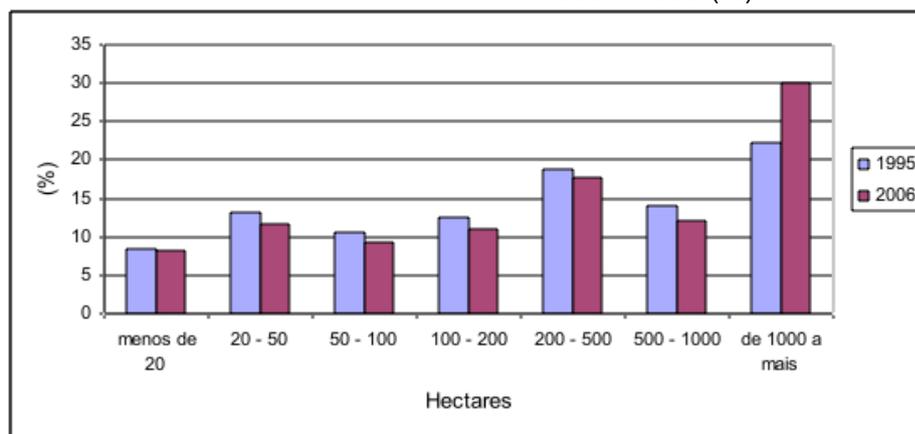
Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor.

Analisando as principais lavouras da Nova Alta Paulista, observa-se uma redução em área plantada dessas culturas, sendo a cana-de-açúcar a única a se expandir, passando de 47.547ha em 2002 para 163.769ha em 2008. Este fator demonstra uma estagnação das lavouras tradicionais, com a conseqüente descapitalização e expropriação dos camponeses.

No que tange à produção, o mesmo cenário se estrutura. Nota-se redução, principalmente, nas lavouras de café, maracujá, algodão, arroz, feijão e milho, e acréscimo nas de cana-de-açúcar e amendoim. O aumento da produção de amendoim, resultado da agricultura científica, se dá por dois motivos: a) recuperação das áreas de cana-de-açúcar, devido a sua capacidade de fixação de nitrogênio no solo; b) melhoramento genético das sementes, que possibilita um aumento de 100% das sacas colhidas, em média.

Outro elemento que podemos destacar refere-se à área dos estabelecimentos agropecuários. Quando considerada a área total da região, observa-se um decréscimo de todas as faixas de área (gráfico dois), exceto a dos estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, cujos índices passam de 175.089,282 hectares (22,35%) para 233.842,000 hectares (29,97%). A maioria dos municípios apresentou ampliação das áreas com 1.000 hectares ou mais, destacando-se, dentre eles, Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Osvaldo Cruz, Parapuã, Queiroz e Tupã.

Gráfico 2 - Nova Alta Paulista - Estrutura Fundiária: Área dos Estabelecimentos Agropecuários - 1995 e 2006 (%)



Fonte: Censo Agropecuário 1995 e 2006 (IBGE); Org. autor.

Revela-se assim, que há ampliação da concentração de terras em grandes propriedades (acima de 1000 ha) nas mãos de poucos proprietários, pois o número de propriedades assim classificadas representa menos de 1% do total de propriedades da região e, são inferiores a três em cada município, pois, conforme orientação do IBGE, os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o intuito de garantia do sigilo da fonte.

Diante dos dados analisados observa-se a racionalização do espaço agrário da Nova Alta Paulista. Esse modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, empregada pela territorialização da agroindústria canavieira, atrelado ao processo de desenvolvimento desigual e combinado, insere em sua lógica de territorialização a questão da mão de obra.

As usinas/destilarias de álcool e açúcar requerem um grande contingente de mão de obra, assim, alterando a dinâmica do trabalho e o movimento migratório da força de trabalho, impactando, principalmente, a dinâmica urbana das cidades pequenas (locais híbridas). Nesse sentido, a dinâmica do trabalho e da migração nos traz os elementos necessários para pensarmos a inter-relação entre Questão Agrária e Urbana.

Portanto, no contexto da Nova Alta Paulista, a introdução da atividade agroindustrial modifica a estrutura fundiária e a utilização das terras, altera a quantidade produzida de pro-

duto alimentícios, expulsa os camponeses de suas terras, intensifica os fluxos migratórios, introduz formas regressivas de relações de trabalho e transforma os pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola (ROMA, 2012). Resultando, por isso, no processo de pilhagem dos recursos territoriais e no controle do território.

A inter-relação campo-cidade e o desenvolvimento territorial

A atividade agroindustrial canvieira necessitava e necessita, ainda, de um contingente elevado de trabalhadores e sua expansão ampliou as migrações pendular e também permanente de mão de obra. Esse processo acentuou diversos problemas sociais na realidade da Nova Alta Paulista, como a falta de moradia, elevação no valor dos aluguéis, vagas em escolas e creches e, principalmente, problemas relacionados ao atendimento e acesso na área de saúde (serviços e medicamentos), que já eram escassos e precários.

Como já destacamos, além da diversidade de transformações que a reestruturação produtiva da agropecuária engendrou, ela também foi responsável por profundas redefinições no mundo do trabalho. Com a expansão da cultura canvieira, verificamos através dos trabalhos de campo, aumento significativo do número de migrantes, principalmente norteados para as pequenas cidades da Nova Alta Paulista.

Tal processo revela um fluxo de trabalhadores desterritorializados/expropriados em busca de emprego no corte da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Esses trabalhadores migrantes, mão de obra não qualificada, oriundos dos pequenos municípios empobrecidos, são alvo da super-exploração do trabalho com prolongamento das jornadas, trabalho degradante e remuneração por produção (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Tabela 2 - Arco Íris, Flora Rica, Inúbia Paulista, Mariápolis, Monte Castelo, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, S. J. P. D'Alho - A cidade e o campo

Cidades	Não trabalha %	Trabalha %	Aposentado %	Setor			
				No setor agrícola ou rural %	Família no setor agrícola ou rural %	Agrícola %	Rural %
Arco Íris	43,33	26,67	30,00	25,00	18,33	54,54	45,45
Flora Rica	42,10	26,31	31,58	20,00	31,58	91,67	8,33
I. Paulista	42,35	42,35	15,29	25,00	38,82	81,82	18,18
Mariápolis	41,00	31,00	28,00	41,94	45,00	95,56	4,44
M. Castelo	50,53	25,26	24,21	25,01	41,05	100,00	--
Paulicéia	34,37	41,67	20,84	7,50	27,08	100,00	--
Pracinha	44,61	36,92	18,46	8,33	21,54	100,00	--
Queiroz	34,38	40,62	25,00	23,10	39,06	100,00	--
S.J.P. 'Alho	26,23	37,70	36,07	21,74	37,80	47,81	21,73

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Todas as cidades que realizamos trabalhos de campo receberam trabalhadores migrantes destinados ao setor agrícola (agroindústria canavieira). Em cidades como Ouro Verde, por exemplo, foram incorporados trabalhadores especializados, como tratoristas, maquinistas, dentre outros. No entanto, cidades como Paulicéia, Mariápolis, Arco-Íris, São João do Pau'Dalho, em meio a outras, o contingente de migrantes são compostos de mão de obra não-especializada, fator de extrema importância nas relações sociais como os moradores da cidade e com o acesso à saúde, recorte analítico desse debate.

A migração de mão de obra não qualificada, provinda principalmente do nordeste brasileiro, ainda é pouco sensível às estatísticas, pois esse fluxo devido ao período que tais trabalhadores permanecem nas cidades – que é de aproximadamente oito meses, correspondente ao período de safra – sendo recenseados em suas cidades de origem. Assim, a evolução da população dessas cidades não se alterou na última década ou mesmo involuíram. Mas, apreendendo essa questão de maneira qualitativa, através dos trabalhos de campo, observamos o aumento substancial da população migrante destinada ao trabalho nas usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool.

A intensa presença dos trabalhadores agrícolas nas cidades pequenas estudadas reforça a complementaridade que se desenvolve por meio da existência de trabalhadores temporários ou boias-frias que vivem na cidade e desempenham papéis no espaço rural, sendo, portanto, parte do espaço agrícola. Desta forma, o desenvolvimento do agronegócio globalizado representa um papel fundamental para a expansão da urbanização e crescimento das cidades médias, sub-regionais e pequenas. Da mesma forma, a multiplicação e fortalecimento dessas localidades compõem importante papel para a realização do agronegócio globalizado, e a difusão desse se dá de forma social e espacial excludente, promovendo o acirramento das desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2007).

Esse processo de desigualdade e exclusão social, dialeticamente, reforça e é reforçado pela territorialização do agronegócio em uma área marcada historicamente pela pobreza política e econômica de suas pequenas cidades e pequenas propriedades rurais.

Correlacionando as dinâmicas do rural/urbano destacamos que na região da Nova Alta Paulista o perfil desse tipo de migração – mão de obra para atividade agroindustrial canavieira – vem se alterando. No início predominava a migração de homens que deixavam suas famílias em seu local de origem; no período atual, muitos dos trabalhadores estão trazendo suas famílias, e em muitos casos a família inteira, como filhos, esposas, mãe etc... Em nossos trabalhos de campo esse processo foi identificado claramente. Segundo os entrevistados, alguns vêm para que o marido não fique sozinho; para ajudar na arrumação da casa e lavar roupa, mas, principalmente, para utilização dos serviços de saúde, ou seja, precisam fazer exames, realizar check-up.

Diante da expansão da atividade agroindustrial canavieira e os processos e dinâmicas engendradas por sua territorialização, as localidades situadas no limite inferior da complexidade urbana reforçam duas faces da pobreza. A primeira é a material, relacionada, principalmente ao desemprego e má remuneração. A segunda é a política, relacionada ao assistencialismo e à política de favorecimento. Essas duas faces da pobreza se reforçam mutuamente, constituindo elementos de uma pobreza excludente, que é "estrutural e globalizada" (SANTOS, 2000 [2004]).

Para Demo (2006) a pobreza política está ligada ao assistencialismo, compadrio e favorecimento, o autor acrescenta que se sente provocado a reescrever o texto sobre pobreza política, pois "assalta-nos a constatação de a pobreza política, não mudou, substancialmente. A população continua "massa de manobra" (...)" (DEMO, 2006, p. 01).

Corroboramos com essa análise, principalmente diante da realidade socioespacial das pequenas cidades (locais híbridas), para as quais as ações dos agentes sociais/sujeitos estão estruturadas por relações de proximidade, compadrio, favorecimento e vizinhança devido fator visibilidade e proximidade espacial. Assim, a pobreza política atrelada à questão do coronelismo, patrimonialismo constituíram e constituíram estruturas que marcam o processo de formação socioespacial da sociedade brasileira, conforme debate realizado na obra de Vitor Leal Nunes – Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil, (1975 [1949]), o trabalho de Vilaça e Albuquerque – Coronel, coronéis, (1988 [1965]), como, também, dentre outras, a obra de Faoro – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (1984 [1959]).

Portanto, a presença dos trabalhadores agrícolas provindos de outros estados brasileiros acentua ainda mais os problemas urbanos, pois o aumento populacional não acompanha ampliação de investimentos públicos, o que reforça a correlação entre o modelo de produção agrário e os problemas urbanos.

Mas estas questões urbanas são problemas agrários, pois são gerados pelo modelo adotado de produção, ou seja, pode-se afirmar que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade. Afinal, a questão Agrária gera continuamente conflitualidade que alcança o campo e a cidade (FERNANDES, 2005). É por isto que o urbano, na perspectiva de complementaridade com o rural e o agrícola, se torna cada vez mais locus do campo, respondendo às suas lógicas, mas, também se estabelecendo como espaço de gestão. A conflitualidade relaciona-se com a propriedade da terra, à renda da terra e, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária, expropriação dos camponeses e assalariados e engloba as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política, assim, a questão agrária é uma questão territorial que engloba campo-cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2005).

No entanto, na perspectiva de Fernandes (2005, p. 43) no processo de desenvolvimento territorial o conflito deve ser uma de suas dimensões e, assim, numa dinâmica “territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também excluidores e ressocializadores”. Para o autor num movimento contraditório e paradoxal, mercado, estado e sociedade conflitam-se e reúnem-se para superar, criar ou prolongar os problemas.

Esse movimento contraditório e paradoxal, por sua vez, pode ser apreendido através da desvantagem no acesso universal aos serviços de saúde, tanto os ditos “raros” como os que deveriam ser básicos, que, são negados a essa população, fragilizando a vida em sociedade, fortalecendo o acesso desigual aos serviços e equipamentos de saúde. Ao indagarmos os entrevistados das cidades sobre os migrantes que residem nas localidades, observamos que dentre os problemas apontados pelas pessoas, além daqueles referentes à moradia, os que mais se destacam estão correlacionados aos serviços de saúde: “acaba com a cidade, os recursos vão tudo para eles”; “não é certo, faltam as coisas para nós e eles tomam frente de tudo”; “eles tomam frente na saúde, nas coisas do governo e em tudo”; “os baianos tomaram conta da cidade”; “não é bom, tinha que ter um limite no número de baianos que poderiam ficar na cidade, pois eles pegam todo leite do posto e brigam muito”; “utilizam muito os médicos”; “baianos utilizam todas as vagas da creche”; “não é bom. Eles gastam mais no comércio, mas acabam com nossos medicamentos (EX: 16 vagas de consulta no posto de saúde 10 são deles)”; “eles vem tirar o pouco que nós temos”.

A problemática da saúde torna-se muito sensível diante da realidade de pequenas cidades, pois os atendimentos realizados nas unidades básicas de saúde são destinados, apenas aos procedimentos básicos, como pequenos curativos e inalações e com poucas especialidades médicas. A unidade básica de saúde não funciona no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, em todas as cidades analisadas. Os horários e dias de funcionamento fazem parte da política municipal pela autonomia que exerce para decidir/investir na atenção básica.

Para evidenciar estes elementos indagamos os entrevistados sobre quais seriam as melhorias que faltam em seus municípios: a questão saúde foi unânime dentre as declarações. As observações foram as seguintes: “médicos 24 horas”, “fortalecimento do sistema de saúde”, “médicos plantonistas”, “mais médicos e especialidades nos postos de saúde”, “hospital”, “mais remédios nos postos de saúde”. No mesmo sentido, quando os entrevistados são questionados sobre o que acham das cidades sub-regionais, com as quais mantém uma intensa vida de relação (Adamantina, Lucélia e Dracena), a questão “mais facilidade de acesso ao sistema de saúde” se apresenta como preponderante.

Assim, as desvantagens de acesso aos recursos tecnológicos, a falta de estrutura nas unidades básicas de saúde e a autonomia municipal em não oferecer atendimento no

período noturno, sábados, domingos e feriados, efetivamente, penalizam a população desses municípios e essas são privações inaceitáveis do ponto de vista da justiça socioespacial.

Para Elias (2007), são escolhidos pontos para receber os incrementos produtivos e estes se transformam em pontos de modernização, ficando todo o restante à margem desse processo. A autora aponta que a fragmentação do espaço agrícola forma arranjos territoriais produtivos agrícolas, assim as regiões agrícolas dinâmicas são os espaços escolhidos para receber as Políticas Públicas e a maior parte dos investimentos públicos e privados.

Portanto, a reestruturação produtiva da agropecuária é seletiva. Enquanto algumas estruturas sociais, territoriais e políticas permanecem intactas, outras se tornam enclaves de modernização, privilegiando determinados segmentos sociais, econômicos e políticos (GOMES, 2009), estruturando um espaço agrícola totalmente fragmentado (ELIAS, 2006). Na região da Nova Alta Paulista, com a introdução do agronegócio globalizado, os espaços rurais se transformam e se diferenciam, fragmentando os espaços modernizados da atividade agroindustrial canavieira dos espaços “vistos” como entraves e resquícios do “atraso”, que são a pequena produção, as pequenas cidades (locais híbridas), ou seja, os espaços de reprodução da vida.

Nesse processo, a rede de cidades da região baseada em cidades pequenas se torna ainda mais desigual, reforçando as disparidades e concorrências entre elas e corroborando para o aumento da pobreza nas cidades com menos complexidade funcional. As cidades sub-regionais passam a responder às necessidades do agronegócio globalizado, como os cursos técnicos, as lojas de insumos e adubos etc., ainda que de maneira incipiente. Contudo, nessa mesma rede urbana, as cidades pequenas não apresentam esses elementos, respondendo às necessidades do agronegócio apenas no que tange à mão de obra destinada ao setor. Assim, nessa rede de cidades, as cidades pequenas cada vez mais se transformam espaços de exclusão social. Como fica claro ao analisar o acesso aos serviços e equipamentos de saúde.

Ao considerarmos que o acesso à saúde na dinâmica capitalista é uma mercadoria necessária ao desenvolvimento do capital e da força de trabalho, explica-se a precariedade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde nas regiões sob domínio da territorialização do capital agroindustrial, como é a Nova Alta Paulista. Assim, permanece somente como auxiliar mínimo para garantir a reprodução ampliada da força de trabalho (do campo e da cidade).

Na lógica fundada na mercadoria, a produção e reprodução dos espaços (e de seus meios de consumo) incorporam vantagens locacionais, resultando na diferenciação social e espacial que intensifica os conflitos. Nesse caso, os espaços das pequenas cidades se revelam perversos quanto a garantia das boas condições de vida e de saúde, por conse-

guinte, pois a quase inexistência do atendimento na atenção básica fragiliza sua população, sejam eles cidadãos, camponeses e/ou migrantes.

Nesse sentido, ressaltamos que o processo de desenvolvimento territorial não deve ser pautado setorialmente, como no caso da Nova Alta Paulista, voltada predominantemente para a agroindústria canavieira. Afinal, o capital, ao se apropriar dos territórios, transforma sua ordenação, sendo esta a lógica de expansão territorial do sistema capitalista, lógica unicamente composta por critérios da racionalidade econômica e não por dinâmicas territoriais múltiplas (BOISIER, 1997). Ainda, para o mesmo autor, sob a globalização o crescimento econômico do território é determinado pelo capital externo, imprimindo no território externalidades que não o pertencem e impõe a supressão e a implosão das características que lhe são próprias e históricas. O desenvolvimento na perspectiva territorial abrange a conflitualidade e aponta outros modelos, rompendo com a visão totalitária de cooptação do agronegócio (FERNANDES, 2005) para pilhagem territorial (PERPETUA, 2016), mas numa reflexividade.

Considerações finais

Baseado numa lógica externa, vertical e fragmentária, a intensificação do processo de territorialização do agronegócio globalizado, balizado na agricultura científica, transformou a produção de alimentos e a utilização das terras, na região da Nova Alta Paulista. As transformações engendradas demonstram que o processo de intensificação da atividade agroindustrial canavieira fragmenta os espaços, introduz formas regressivas de trabalho, desapropria os camponeses de suas terras, concentra terra e riqueza, fortalecendo as desigualdades e os processos excludentes, o que pode ser denominado de pilhagem territorial. Mas o desenvolvimento tendo como premissa e referência a base territorial ultrapassa a ideia de território como espaço em disputa pelas políticas setoriais, mas incorpora o território como centralidade, que engloba e articula diferentes escalas, setores, agentes e/ou sujeitos sociais, na perspectiva de redução das desigualdades socioespaciais. Para isso a estrutura fundiária, a sujeição da renda da terra, a força de trabalho, as relações de produção e reprodução e os problemas urbanos, devem ser pautados em sua conflitualidade.

Analisar as condições de vida nas pequenas cidades (locais híbridas, por exemplo) na atualidade não se limita a entender somente o acesso e a qualidade dos serviços na escala da cidade, mas o espiralado das relações complexas (localização, territorialização do capital, política, economia e cultura) e, reforçando pensar/teorizar/politizar campo/cidade-rural/urbano para além das dicotomias teóricas e operacionais. É preciso reconhecer os valores de uso e não somente a reprodução dos trabalhadores para produção, como vem

ocorrendo diante da atual relação campo (agronegócio) e cidades pequenas da Nova Alta Paulista.

Referências

BARCELLOS, Christovam. Organização espacial, saúde e qualidade de vida In: **Anais do I Seminário Nacional saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, v.2, p.27-34

BOISIER, Sérgio. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. In: **Estudios Regionales - Cuadernos ILPES (CEPAL)**, n. 48, pa.41-79. 1997

CORRÊA, Roberto. Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

DANTAS, Aldo; ARANHA, Pablo Ruyz. Saúde na perspectiva da Geografia Nova. In: **Revista Mercator**, v.8, n.16, maio-ago 2009.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas-metodológicas. In: SPOSITO, M. Encarnação B (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**, (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O meio técnico – científico – informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA J.; Ribeiro, (org.) **As Abordagens teóricas metodológicas em geografia agrária**. Ed. da UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. IN: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. Borzacchiello da, LIMA, Luiz Cruz, ELIAS, Denise, (org.) **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. In: **Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Universidade de Barcelona, v. X, num. 218 (03), agosto, 2006.

_____. Ensaio sobre o espaço agrícola de exclusão. In: **Revista NERA**, ano 9, n. 8, Presidente Prudente, jan/jun de 2006.

ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.

_____. Perspectivas sobre o urbano e o rural, In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M.. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, ed. Unicamp, 2005.

GIL, I. Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos**. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007, 395f. Tese (Doutora-

do em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de geografia humana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

PERPETUA, Guilherme M. **Pilhagem territorial e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP – Presidente Prudente. 2016. 363p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: ITC-EDUSP, 1975. p. 263-311.

ROMA, M. Cláudia. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido**. Unesp/Faculdade de ciências e tecnologia, campus de Presidente Prudente, 2012. Tese doutorado

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996 [1993].

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004 [2000].

_____; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos)**. Tese (livre-docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

Sobre os autores

Cláudia Marques Roma – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Raul Borges Guimarães - Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Especialização em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde de São Paulo; Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Livre-docência pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo; Professor na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Como citar este artigo

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 102-119, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Claudia Marques Roma** e **Raul Borges Guimarães**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Em conjunto os autores **Claudia Marques Roma** e **Raul Borges Guimarães** realizaram o desenvolvimento teórico-conceitual; a autora **Claudia Marques Roma**, ficou responsável pela aquisição de dados e ambos pela interpretação e análise; o autor **Raul Borges Guimarães**, pela revisão final e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 07 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 17 de dezembro de 2017
